



Narrativas, Reflexões e Percepções: quebrando o silenciamento da Educação Matemática no combate à Violência Sexual Infantil

Gilson Abdala Prata Filho¹
Edmar Reis Thiengo²

Resumo do Trabalho: A violência sexual contra crianças e adolescentes configura-se como uma grave violação de direitos humanos, produzindo impactos significativos no desenvolvimento físico, emocional e cognitivo das vítimas. Quando associada à deficiência intelectual, essa problemática torna-se ainda mais complexa, em razão de fatores como dependência, dificuldades comunicacionais e invisibilização social. Este artigo tem como objetivo discutir os entrelaços da violência sexual infantil, deficiência intelectual, sexualidades e educação matemática, a partir de da tese de doutorado em andamento. O recorte neste artigo, surge a partir da abordagem sobre a violência sexual infantil com professores de matemáticas, produzindo dados a partir das narrativas dos participantes. Essas narrativas refletem posicionamentos, silenciamentos e possibilidades, dentro da realidade escolar, a respeito da temática proposta no estudo. A partir das discussões podemos compreender que a escola pode desempenhar um papel central na prevenção e no enfrentamento da violência, especialmente quando promove práticas educativas inclusivas e críticas. Destacamos, ainda, o potencial da Educação Matemática como ferramenta para a leitura e problematização da realidade social, contribuindo para a formação de sujeitos críticos e conscientes de seus direitos.

Palavras-chave: violência sexual infantil; deficiência intelectual; sexualidade; educação matemática; inclusão.

Contextualizando

Este artigo integra uma pesquisa de doutorado em andamento na área de Educação Matemática, desenvolvida no Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), intitulada Educação Matemática, Deficiências e Sexualidades: diálogos com professores sobre infâncias interrompidas pelo silenciamento e está vinculada ao grupo de pesquisa *DEVIRes – Grupo de Pesquisa em Educação Matemática, Diferença e Inclusão*. Apresentamos as discussões de um dos encontros da pesquisa, em um grupo de discussão composto por professores de matemática, no qual as reflexões foram mobilizadas a partir da exposição de manchetes de jornais

¹ Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes), gilson.abdala@hotmail.com

² Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes), thiengo.thiengo@gmail.com



do estado do Espírito Santo que abordavam casos de violência sexual envolvendo crianças e adolescentes. A partir das manchetes, foram problematizadas tanto as dimensões sociais e históricas da violência quanto as possibilidades de atuação docente frente a essa realidade.

Os entrelaços com a Educação Matemática, nos levam a compreender que a Matemática é um dos conhecimentos necessários para o desenvolvimento da democracia e que está além de desenvolver, apenas, habilidades de contagem e realização de cálculos. Assim, a Matemática é ressignificada, sendo utilizada como uma linguagem para questionar as realidades marcadas por processos de exclusões, opressões e injustiças. Skovsmose (2008) destaca que o significado de justiça social, por muitos anos, esteve associado à perspectiva religiosa e foi contestado em diferentes áreas, no entanto, por se tratar de um processo dinâmico precisa ser utilizado e repensado de forma criativa a fim de contribuir nas práticas pedagógicas.

Gutstein (2006) discute sobre a organização de um currículo que dê condições necessárias para que os estudantes se sintam engajados para realizar tarefas matemáticas que auxiliarão na resolução de problemas. Para o autor, a Educação Matemática deve contribuir para o enfrentamento das injustiças sociais, com reflexões e críticas às ações opressoras, as desigualdades e processos exclusivos presentes nas realidades dos estudantes, possibilitando uma nova leitura e escrita do mundo ao qual estão inseridos. Para ensinarmos questões voltadas à justiça social, é necessário que se desenvolva o pensamento crítico, o respeito as diversidades, a responsabilidade social, a comunicação efetiva, a coletividade, a autonomia e entre outras habilidades que contribuirão no exercício da cidadania. Assim, é necessário que os professores promovam práticas pedagógicas intencionais favorecendo a formação ativa e crítica dos estudantes, e a conexão entre os conhecimentos produzidos no ambiente escolar com as experiências vividas. Com essa finalidade, os professores precisam ter



conhecimento dos diversos contextos sociais e culturais em que a escola e os estudantes estão inseridos, pois as aprendizagens compõem todas as etapas do desenvolvimento ao longo da vida.

Portanto, o presente artigo tem como objetivo analisar possíveis entrelaços da Educação Matemática na problematização da violência sexual infantil, a partir de discussões com professores de matemática.

Infâncias, negligências e proteção

As relações de violências contra as crianças se fazem presente desde o começo dos tempos. Ariès (2002) retrata que até o século XVII não havia nenhum tipo de cuidado, preocupação ou proteção às crianças por parte da sociedade, que consideravam a criança era um ser inacabado e sem valor. Ao nascerem, eram enviadas para amas de leite, que desempenhavam um papel de substituição dos cuidados maternos, e selecionam os “melhores”, sendo devolvidos no fim da primeira infância. Um outro ponto a se considerar sobre o olhar para a criança, vem do pensamento agostiniano, que considerava as crianças como naturalmente más e “por isso necessitavam de uma educação rígida e severa” (Fávero, 2003). Para Santo Agostinho, a criança nasce com a tendência para o mal e tem potencial para praticá-lo, haja visto que ela foi concebida em pecado. Nesse sentido, percebemos que os pecados dos pais eram transpassados aos filhos, sem nenhuma forma de distinção, no entanto, quem precisava ser punido desse erro era a criança.

No que diz respeito às violências sexuais, Ariès (2022) relata que a sexualidade era abordada com total liberdade diante das crianças e comportamentos como palavras obscenas, jogos sexuais e contatos físicos, por exemplo, eram realizados sem nenhuma repressão. Entretanto, o tratamento da sexualidade infantil passa por mudanças, quando as crianças começam a ser preparadas para o casamento e, com isso, os pais se preocupassem em “guardar”



a pureza dos filhos para o matrimônio repreendendo as palavras obscenas, a masturbação e os jogos sexuais entre eles.

As violências sexuais contra crianças e adolescentes também estão registradas na história do Brasil, com escravas negras desde a infância para satisfazer o homem branco. Dentre os relatos, Fávero (2003, p.91) traz que

“um sacerdote confessa seu pecado de ter tido relações anais com duas meninas de 7 anos. Mas o seu pecado e o seu crime era de ter praticado uma cópula anal (...) A fragilidade e a pureza destas duas meninas não tinham provocado preocupação alguma no pedófilo” (Mott, 1993, p. 122).

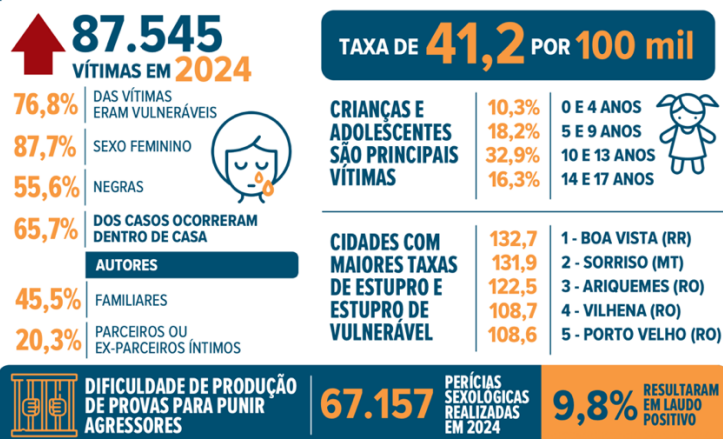
É notório, ao longo da história, a falta de proteção e cuidado com as crianças e, apesar de muitos avanços, ainda existem muitos dos comportamentos da época sendo praticados atualmente.

Na busca de garantir cuidado e proteção às crianças e adolescentes, nos anos de 1990 foi criada a Lei federal nº 8.069, conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente, sendo um marco legal e regulatório dos direitos humanos para este público. Essa lei, preconiza a proteção integral às crianças e adolescentes e estabelece que a família, a sociedade em geral e o Estado devem garantir os direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Em seu artigo 5º, o estatuto afirma que nenhuma criança ou adolescente deve sofrer “qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais” (Brasil, 1990), no entanto, as estatísticas apontam uma crescente no que se refere, principalmente, à violência sexual infantil. Assim, a violência sexual contra crianças e adolescentes constitui uma das formas de violação de direitos humanos e, seus efeitos ultrapassam o âmbito físico, afetando profundamente as dimensões emocionais, cognitivas e sociais do desenvolvimento das vítimas.

Figura 1: Infográfico sobre estupro e estupro de vulnerável



MAIOR NÚMERO DE ESTUPROS E ESTUPROS DE VULNERÁVEL DA HISTÓRIA



Fonte – Anuário de Segurança Pública, 2025, p. (18)

O infográfico apresentado na Figura 1 retrata o aumento do número de estupros e de estupros de vulneráveis, sendo o maior da história do Brasil. Os dados apresentam o número de 87.545 vítimas no ano de 2024, sendo quase 88% do sexo feminino, 55,6% negras e 76,8% das vítimas são vulneráveis. Além disso, o infográfico mostra crianças de 5 a 9 anos e 10a 13 anos estão entre as principais vítimas, com percentuais de 18,2% e 32,9%, respectivamente.

Como exposto, as vítimas de estupro são, em sua grande maioria, vulneráveis, que segundo a legislação, refere-se aos menores de 14 anos ou alguém que não possui discernimento para o ato, como alguém com deficiência intelectual. De acordo com Maia (2006), há certa dificuldade de compreender a sexualidade de pessoas com deficiência, visto que existem muito preconceito, desinformação, discriminação, descredito na capacidade de pessoas com deficiência expressarem seus sentimentos, valores e desejos sexuais e isso pode torna-los mais suscetíveis à violência sexual, sobretudo devido à dependência de adultos, às limitações no acesso a informações sobre o próprio corpo e mecanismos de proteção e à dificuldade em comunicar o que lhes acontece (Sanderson, 2008). Nesse sentido, é possível perceber que a ausência de discussões abertas sobre sexualidade, incluindo das pessoas com deficiência, contribui para a manutenção do silêncio em torno dessas violências.



Diálogos e narrativas de professores de matemática sobre a violência sexual infantil

A discussão com professores de Matemática sobre a violência sexual infantil aconteceu em um dos encontros, no grupo de discussão, que faz parte da pesquisa mencionada no início deste artigo. Com intuito de proteger a identidade dos participantes, nas narrativas apresentadas neste artigo foram utilizados pseudônimos. Como subsídio inicial para reflexão, foi apresentado um panorama geral referente ao ano de 2024 (Figura 1), contemplando os dados de estupro e estupro de vulnerável, os quais atingiram os maiores índices já registrados na história do Brasil.

Os dados evidenciaram a realidade brasileira, com o registro de 87.545 casos de estupro, indicando um aumento significativo em relação aos anos anteriores. Dentre esses casos, aproximadamente 76% das vítimas são consideradas vulneráveis, incluindo menores de 14 anos e pessoas com enfermidades ou deficiências. Esse cenário reforça a necessidade urgente de inserção dessa temática no contexto escolar, sobretudo quando compreendemos a Educação Matemática como prática social.

Destacou-se, ainda, que a maior incidência de vítimas está concentrada na faixa etária de 10 a 13 anos (32%), seguida pelo grupo de 14 a 17 anos (16%), público com o qual professores de Matemática atuam diretamente. Nesse sentido, conforme argumenta Skovsmose (2008), a Educação Matemática deve promover uma leitura crítica da realidade, possibilitando que os estudantes interpretem e questionem dados que expressam desigualdades e injustiças sociais, como os apresentados neste estudo.

Um aspecto relevante identificado nas análises refere-se à ausência, no Anuário de Segurança Pública, de informações específicas sobre a condição de deficiência das vítimas. Tal lacuna compromete a elaboração de políticas públicas mais direcionadas e eficazes no enfrentamento da violência, especialmente no que diz respeito às pessoas com deficiência. Essa ausência de dados pode ser



compreendida, à luz de Skovsmose (2008), como uma limitação para o desenvolvimento do que o autor denomina “competência crítica”, uma vez que restringe a possibilidade de análise mais aprofundada da realidade social.

Ao analisar os dados do estado do Espírito Santo, observou-se igualmente a ausência de informações detalhadas acerca das violências que atingem crianças e adolescentes. A partir dessa análise, os professores participantes trazem narrativas que expõe a situação do Estado frente à essa e outras realidades.

Cateto: Então né? **[pausa reflexiva]** é porque essa omissão de informação muito se deve a própria cultura do estado de querer esconder muitas coisas né? **[faz uma associação com a greve de policiais do estado e que voltou a discussão, mas nem todas as pessoas estão cientes do que tem acontecido]** então essa omissão da informação é uma cultura, assim, muito negativa do estado, principalmente nesse ponto **[referindo a temática da pesquisa]** onde nós sabemos que a maioria do nosso estado é conservadora. Ai a gente entra em um outro ponto muito delicado.

Hipotenusa: Mas olha só, eu acredito que a gente pode afirmar. A gente tem um lugar de fala. Quando se traz os dados, eu falei “gente, não é possível que isso acontece com alunos da minha sala e eu nunca tive essa percepção”. São essas e outras informações que são omitidas e é sim, uma política de não fomentar esses casos. **[apresenta outras situações no estado que tiveram as informações completas omitidas]**

A escassez de informações evidenciada nos dados reforça a necessidade de uma abordagem crítica no ensino de Matemática, na qual os números não sejam tratados como neutros, mas como produções sociais carregadas de intencionalidades. Nesse sentido, Gutstein (2006) defende que a Educação Matemática pode contribuir para a leitura e escrita do mundo, permitindo que os



estudantes compreendam e enfrentem problemáticas sociais, como a violência sexual infantil.

Apesar dos poucos registros fornecidos pelo estado, infelizmente, essa não é a realidade do Espírito Santo, visto que, a cada dia aumenta o número de notícias e reportagens de casos de violência. Assim, a partir do panorama geral, apresentamos por meio de manchetes os casos de violência registrada nos meses de julho e agosto de 2025.

Figura 1: Leitura e Escrita de mundo com a Matemática a partir do cenário do Espírito Santo

Como fazer a Leitura e Escrita do mundo com a Matemática diante deste cenário?

Julho/Agosto/2025

Polícia
Jovem do ES é preso por estupro virtual e incitar atos de violência pela internet
 A operação "Tuéris" foi realizada durante a manhã nesta segunda-feira (04), no município de São Mateus

Polícia
Professor é preso por abusar de duas crianças em escola de Vila Velha
 Os abusos foram descobertos após os pais de uma das vítimas procurarem a Polícia Civil para realizar um boletim de ocorrência

Jovem é preso por obrigar crianças a produzir conteúdo de abuso sexual infantil e automutilação nas redes sociais
 Suspeito tem 19 anos e foi preso em uma operação da Polícia Federal, em São Mateus, no Espírito Santo, na manhã desta segunda-feira (04).
 Por g1 ES
 04/08/2025 14h16. Atualizado há 3 semanas

Polícia
Argentino condenado por estupro é extraditado após ser preso no ES
 O idoso foi preso no dia 28 de maio de 2024 no município de Alfredo Chaves, no interior do Espírito Santo

Fonte: Autores da Pesquisa, 2025.

Por meio das manchetes apresentadas, os professores compartilharam suas realidades, expondo suas experiências individuais e um contexto mais amplo o que possibilitou a construção de sentidos coletivos, direcionando para outros pontos que serão discutidos na pesquisa.

Triângulo: Essas notícias, esses dados, são bem impactantes e se você for parar e fazer uma reflexão, como que essas crianças que têm deficiência intelectual, por exemplo, são vulneráveis. É um público muito vulnerável. Aqui na minha cidade tem um abrigo né? Um abrigo para crianças que, 90% delas que estão ali, são crianças que foram retiradas da família porque sofreram estupro. Ali tem um público, a maioria são



meninas e tem outros tipos de crianças também, que de certa maneira tem deficiência intelectual, é autista e são retiradas da família.

O relato continua trazendo a realidade de uma criança de 13 anos, autista com nível de suporte III, com outras deficiências e que foi estuprada diversas vezes pelos tipos, morava em bairro vulnerável, já foram feitos 11 processos de ressocialização com a própria família e, infelizmente, depois de várias tentativas fracassadas de adoção, ela foi entregue aos responsáveis. A narrativa também apontou que o comportamento da criança no abrigo e com outras pessoas era bem complexo, visto que ela era agressiva, o que pode ser reflexo das situações vividas. O questionamento final foi: “até que ponto a justiça é coerente com crianças que sofrem esse tipo de abuso sexual, ainda mais com crianças com deficiência?”. As narrativas dos professores, deram direções e estabeleceram relações para um contexto social mais amplo e a construção de sentidos coletivos.

Nos entrelaços das teorias e teóricos, percebemos que existe certa complexidade sobre as temáticas propostas (Educação Matemática, Violência Sexual Infantil, Sexualidades e Deficiências) e as dificuldades e resistências presentes no espaço escolar. Apesar dessa realidade, é possível perceber que existem possibilidades pedagógicas que podem romper com a cultura do silenciamento para uma cultura de escuta e diálogo criando um ambiente acolhedor.

Os entrelaços do papel do professor de matemática no combate à violência sexual infantil

Diante das análises desenvolvidas, evidencia-se que a abordagem da violência sexual infantil, no contexto escolar, não pode ser dissociada das práticas pedagógicas, incluindo aquelas desenvolvidas nas aulas de Matemática. Reduzir o ensino matemático à mera execução de cálculos e procedimentos técnicos implica desconsiderar seu potencial formativo e social. Conforme argumenta Skovsmose (2008), a Educação Matemática deve possibilitar a leitura crítica da realidade,



promovendo a problematização de questões sociais relevantes. Nesse sentido, discutir dados relacionados à violência sexual infantil em sala de aula configura-se como uma oportunidade de articular conhecimentos matemáticos à compreensão de fenômenos sociais complexa.

Para que essas discussões se efetivem, é imprescindível reconhecer que o professor não pode atuar de forma isolada. A escola, enquanto instituição social, possui papel fundamental na construção de uma rede de apoio que possibilite não apenas a abordagem preventiva da violência sexual infantil, mas também a identificação e a denúncia de casos. Isso implica, sobretudo, na construção de um ambiente escolar acolhedor, que favoreça a escuta e a proteção das crianças e adolescentes.

Assim, reafirma-se que a responsabilidade pelo enfrentamento da violência sexual infantil não se restringe a áreas específicas do conhecimento, mas deve ser assumida de maneira coletiva pela escola. No âmbito da Educação Matemática, essa responsabilidade se materializa na possibilidade de transformar a sala de aula em um espaço de reflexão crítica, no qual os números deixam de ser apenas abstrações e passam a revelar realidades que demandam posicionamento, ação e compromisso social.

Referências

ARIÈS, P. **História Social da Criança e da Família**. 3 ed. Tradução: Dora Flaksman. Rio de Janeiro: LTC, 2022. Título original: L'enfant et l'avie familiale sous l'ancien régime.

BRASIL. Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022.

BRASIL. Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023.



BRASIL Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, 16 jul. 1990.

FÁVERO, M. F. **Sexualidade infantil e abusos sexuais a menores.** 1 ed. Lisboa: Climepsi Editores, 2003.

GUTSTEIN, E. **Reading and writing the world with mathematics.** New York: Routledge, 2006.

SANDERSON, C. **Abuso sexual em crianças: fortalecendo pais e professores para proteger crianças de abusos sexuais.** São Paulo: M. Books, 2005.

SKOVSMOSE, O. **Educação matemática crítica: a questão da democracia.** 4 ed. Campinas: Papirus, 2008.